

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA-PARFOR CURSOS DE PEDAGOGIA

ANDREIA SANTOS OLIVEIRA

DAIANE VAZ CARNEIRO

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PANDEMIA DA COVID-19 EM ESCOLAS DO MUNICIPIO DE ABAETETUBA-PARÁ: DIFICULDADES E DESAFIOS

ABAETETUBA

2022

ANDREA SANTOS OLIVEIRA

DAIANE VAZ CARNEIRO

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PANDEMIA DA COVID-19 EM ESCOLAS DO MUNICIPIO DE ABAETETUBA-PARÁ: DIFICULDADES E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de Artigo Científico (IN 01/2022-PROEG/UFPA) apresentando como pré-requisito para obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação e Ciências Sociais, campus Universitário de Abaetetuba.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima

ABAETETUBA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48a Oliveira, Andrea Santos.
A avaliação da aprendizagem na pandemia da COVID-19 em escolas do município de Abaetetuba-Pará: : dificuldades e desafios / Andrea Santos Oliveira, Daine Vaz Carneiro . — 2022.
26 f. : il.

Orientador(a): Profª. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Pedagogia, Abaetetuba, 2022.

1. Avaliação da aprendizagem. 2. Ensino a distância. 3. Pandemia da COVID - 19. 4. Município de Abaetetuba. I. Título.

CDD 370

ANDREA SANTOS OLIVEIRA

DAIANE VAZ CARNEIRO

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PANDEMIA DA COVID-19 EM ESCOLAS DO MUNICIPIO DE ABAETETUBA-PARÁ: DIFICULDADES E DESAFIOS

APROVADO EM: _____/_____/_____

BANCA AVALIADORA:

_____
Profa. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima-Orientadora UFPA/FAECS

_____
Profa. Dra. Crisolita dos Santos Gonçalves Costa- Avaliadora UFPA/FAECS

ABAETETUBA

2022

A AVALIAÇÃO NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19 EM ESCOLAS DO MUNICIPIO DE ABAETETUBA-PARÁ E OS IMPACTOS NA APREDIZAGE ESCOLAR

RESUMO

Este artigo tem como tema a avaliação da aprendizagem durante o período da Pandemia da Covid-19, na rede municipal de Abaetetuba-Pará, de modo a analisar os impactos causados à aprendizagem aos alunos da alfabetização. A pesquisa é norteada levando-se em conta a seguinte questão: como ocorreu a avaliação da aprendizagem durante o período em que as aulas das escolas municipais de Abaetetuba-Pará ocorreram na modalidade remota e/ou a distância e que impactos na aprendizagem podem ser observados? Desse modo, o objetivo é analisar a forma como a avaliação da aprendizagem foi concebida durante a pandemia e os impactos causados na aprendizagem dos alunos da alfabetização. A pesquisa de cunho qualitativo, foi desenvolvida considerando a realidade da Escola Dom Ângelo Frosi, e teve como procedimento metodológico de coleta de dados, a realização de entrevistas feitas a professores da alfabetização da escola. Para amparar teoricamente a pesquisa no que tange a concepção de avaliação da aprendizagem, foi considerado os estudos de teóricos de Perrenoud (1999); Lukesi (2002); Esteban (1992), entre outros. Com base nos dados direcionados à questão e a análise feita sobre a avaliação qualitativa e diagnóstica, avaliar a aprendizagem no ensino remoto se tornou o maior desafio para os professores da alfabetização, tendo em vista vários fatores que comprometeram a aprendizagem dos alunos durante o período em que o ensino se deu a distância, trazendo, dessa forma, inúmeros impactos ao processo de ensino-aprendizagem no retorno presencial. Sendo assim, conclui-se a proposta de avaliação da Secretaria Municipal de Educação em avaliar os alunos com base nas atividades realizadas a distância durante a pandemia, não foi eficaz tornando-se um desafio aos professores no retorno das aulas presenciais.

Palavras-chave: Avaliação da Aprendizagem; Ensino a Distância; Pandemia da Covid-19; Município de Abaetetuba.

ABSTRACT

This article has as its theme the evaluation of learning during the period of the Covid-19 Pandemic, in the municipal network of Abaetetuba-Pará, in order to analyze the impacts caused on learning by literacy students. The research is guided by considering the following question: how did the evaluation of learning occur during the period in which classes at municipal schools in Abaetetuba-Pará took place in the remote and/or distance modality and what impacts on learning can be observed? Thus, the objective is to analyze how the assessment of learning was conceived during the pandemic and the impacts caused on the learning of literacy students. The qualitative research was developed considering the reality of Escola Dom Ângelo Frosi, and had as a methodological procedure for data collection, interviews with literacy teachers at the school. To theoretically support the research regarding the concept of learning assessment, studies by Perrenoud (1999); Lukesi (2002); Esteban (1992), among others. Based on the data addressed to the question and the analysis made on the qualitative and diagnostic

evaluation, evaluating learning in remote teaching has become the biggest challenge for literacy teachers, in view of several factors that compromised student learning during the period in which that teaching took place at a distance, thus bringing numerous impacts to the teaching-learning process in the face-to-face return. Therefore, the evaluation proposal of the Municipal Secretary of Education in evaluating students based on activities carried out at a distance during the pandemic is concluded, it was not effective, making it a challenge for teachers to return to face-to-face classes.

Keywords: Learning assessment; Distance learning; Covid-19 pandemic; Municipality of Abaetetuba.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema a avaliação da aprendizagem escolar de alunos da alfabetização ocorrida durante o período pandêmico da COVID-19, no município de Abaetetuba-Pará. Neste período, as aulas presenciais estiveram suspensas e as aulas ocorreram remotamente ou a distância.

A opção por esse tema surgiu a partir da inquietação causada pela forma como a avaliação foi compreendida pela Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba, no tocante à determinação em que as atividades pedagógicas aconteceram na modalidade remota ou a distância, de modo que professores e alunos não tinham proximidade para tirar dúvidas e/outras orientações para a realização das atividades que eram feitas em casa pelos alunos.

As determinações que decidiram pelo ensino escolar, inicialmente remoto, em função do avanço da pandemia, no nosso ponto de vista como professoras dos anos iniciais, não levaram em consideração as realidades das famílias dos alunos e nem as condições dos professores, no tocante à falta de materiais digitais, o despreparo técnico com o uso das tecnologias, bem como o acesso à internet de qualidade. Do mesmo modo, os alunos e suas famílias, diante da grave situação da pandemia e as dificuldades econômicas, não possuírem celulares e nem internet para a as aulas remotas.

Contudo, por essas razões, diante desta realidade de impedimento do ensino remoto, uma estratégia de retorno às aulas foi o ensino a distância, de modo que a escola, representada pelos professores, planejavam as atividades e as famílias orientavam as crianças na execução das tarefas. Porém, o que poderia ter sido uma solução para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, pode ter se tornado um problema, pois, como avaliar a aprendizagem dos alunos que realizavam as atividades a distância?

Muitos relatos acerca desta questão surgiram, sobretudo da parte das famílias, cuja maioria, não tinham condições técnica-pedagógica, nem condições emocionais diante da intensidade do adoecimento, medo da morte, bem como condições técnico-pedagógicas para contribuir com os professores que planejavam as atividades a distância e entregavam às famílias para que auxiliassem as crianças na realização das atividades.

O nosso interesse se intensificou pelo tema, a partir do memento em que as aulas presenciais retornaram, no momento em que nos deparamos com a situação crítica de dificuldades em que os alunos se apresentaram, de modo que a recepção das crianças diante dos conteúdos apresentados presencialmente, não corresponderam ao avanço no desenvolvimento da aprendizagem durante a pandemia, ou seja, como ocorreu a avaliação da aprendizagem durante o período em que as aulas das escolas municipais de Abaetetuba-Pará ocorreram a distância, considerando os prejuízos observados no retorno das aulas presenciais?

Desse modo, tornou-se prudente analisar essa avaliação e que critérios foram usados no decorrer da pandemia que promoveram os alunos, mas que que essa promoção não foi manifestada no retorno presencial. A forma como a avaliação da aprendizagem foi concebida durante a pandemia e os impactos causados na aprendizagem dos alunos da alfabetização se tornou para este estudo uma problematização, pois sentimos os impactos desse problema como professoras dos anos iniciais. Desse modo, nos empenhamos em desenvolver a pesquisa, sobretudo para que seja refletido o que foi concebida como avaliação da aprendizagem escolar no ensino proposto na pandemia do covid-19, bem como os desafios enfrentados por alunos e professores durante o ensino a distância.

A pesquisa foi desenvolvida no cerne de uma abordagem qualitativa procurando centrar as discussões no contexto pandêmico cujas alternativas para evitar que os alunos não perdessem o ano letivo a alternativa foram as aulas remotas ou a distância por meio de atividades impressas que eram feitas em casa com a ajuda dos pais ou responsáveis.

O ensino a distância foi a alternativa mais viável para as escolas municipais de Abaetetuba, tendo em vista a falta de recursos digitais e acesso a uma internet que pudesse viabilizar o encontro virtual entre professores e alunos não foi garantido. Logo, impossibilitado o ensino remoto, as atividades impressas eram enviadas quinzenalmente aos alunos, que deveriam ser retornadas aos professores para a devida avaliação.

Para a produção dos dados, foram realizadas entrevistas junto a professores de turmas de alfabetização da Escola Municipal Dom Ângelo Frosi, em Abaetetuba, partindo da concepção de avaliação da aprendizagem defendida por vários teóricos, tais como:

Perrenoud (1999); Lukesi (2002); Esteban (1992), Haydt (2000), que defendem uma concepção de avaliação de ensino centrada na aprendizagem dos alunos.

Do mesmo modo, para fundamentar a pesquisa no contexto da pandemia, levamos em conta as determinações legais que definiram sobre o ensino remoto, bem como a alternativa do ensino a distância, predominante nas escolas da rede municipal de Abaetetuba, durante a pandemia da Covid-19, a exemplo, a realidade representada pela Escola Municipal Dom Ângelo Frosi.

Diante destas considerações, este artigo está estruturado em cinco partes, partes, sendo que na primeira ficou destinada a esta introdução, na segunda são feitas breves considerações sobre a compreensão que temos de avaliação da aprendizagem, na perspectiva dos teóricos; na terceira fazemos uma breve discussão das determinações legais que definiram pelo ensino remoto ou a distância em Abaetetuba durante o período da Covid-19, que se orientaram pela determinações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde; na quarta parte, discutimos sobre as expectativas da SEMEC em relação ao retorno das atividades presenciais; na quinta parte tratamos da avaliação diagnóstica como ponto de partida da SEMEC para implementar o plano de retorno, bem como as dificuldades e os desafios apontados pelos professores em relação a retomada do ensino presencial. Por último, as nossas considerações finais.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

O ato de avaliar, na perspectiva de Luckesi (2002) implica na coleta, na análise e na síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou de qualidade, que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão da qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto. O valor, ou a qualidade que atribuída ao objeto conduz a uma tomada de posição a seu favor ou contra ele.

Ainda, segundo Luckesi (2002), a avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer com ele. A verificação é uma ação que "congela" o objeto, enquanto a avaliação por sua vez direciona objeto numa trilha dinâmica da ação. Assim sendo, fica compreendido que avalição da aprendizagem não se constitui matéria pronta e acabada. No entanto, a avaliação não é uma ação sem considerar critérios estabelecidos em determinação do objeto avaliado, particularmente, a indagação neste artigo é saber como e o que foi avaliado da aprendizagem das crianças da alfabetização?

Considerado os estudos de Perrenoud (1999), avaliar é criar hierarquia de excelência. É privilegiar um modelo de estar em aula e no mundo, valorizando formas e normas de excelências. Avaliar é prevenir ante ao fracasso escolar. Com esta definição, Perrenoud faz uma reflexão simbólica para a definição da avaliação no âmbito educacional, visando duas vertentes, duas lógicas, a saber: avaliação tradicional ou normativa a avaliação formativa ou emergencial e destaca a avaliação não ser uma tortura medieval que intenciona negativar a ignorância de alguns e celebrar a excelência de outros. Nos tempos de agora, há uma tentativa de aprimorar o sistema, temporizando e favorecendo uma pedagogia diferenciada e evolucionaria a favor do aluno e não do sistema. Mas, apesar do passar do tempo, o processo ainda é muito lento e para isso deverá existir uma reforma no mundo institucional, escolar.

Em relação à avaliação formativa, Perrenoud a compreende como parte de uma aposta muito otimista, a de que o aluno quer aprender e tem vontade que o ajudem, por outras palavras, a de que "o aluno está disposto a revelar as suas dúvidas, as suas lacunas e as suas dificuldades de compreensão das tarefas" (PERRENOUD, 1993, p. 180), o que, no nosso entendimento, esta tarefa não foi possível no decorrer do ensino a distância durante o processo da pandemia, pois avaliar significa verificar a contextualização do conhecimento que implica o processo de aprendizagem.

Esteban (2003), nos remete a um olhar mais descritivo sobre a avaliação e sua função. Ela nos remete a avaliação formativa. Para essa autora, a avaliação formativa não dispensa os professores de darem notas ou de redigir apreciações, de modo a informar os pais e responsáveis sobre as aquisições dos alunos, mas tem como principal função formar e informar cidadãos alunos. A ideia desta autora é referente aos efeitos que a avaliação tem sobre a formação do autoconceito dos alunos, e no caso das crianças de alfabetização, essa transferência é feita aos pais, os quais aprendem a ter mais preocupação com resultados esperados do que em apresentar o real processo de aprendizagem das crianças. Esta ideia pode ter ocorrido durante a pandemia para que os alunos não perdessem o ano letivo, de modo a garantir o automático avanço dos alunos, sem levar em conta a verdadeira aprendizagem.

Haydt (2000) defende que a avaliação deve ser compreendida como um processo dinâmico de permanente interação entre educador e educando no apontamento e no desenvolvimento de conteúdos de ensino aprendizagem, na seleção e aplicação de suas metodologias, bem como no diagnóstico da realidade social, visando à mudança comportamental do educando e do seu compromisso com a sociedade. Defende este autor,

assim como os demais aqui mencionados, que a avaliação formativa é realizada com o propósito de informar o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades escolares. Desta forma possibilita a organização do ensino-aprendizagem, de modo a possibilitar reformulações no ensino e assegurar o alcance dos objetivos. Reitera ainda sobre a avaliação diagnóstica, ser um tipo de avaliação constituída por uma sondagem, projeção e retrospecção da situação de desenvolvimento do aluno, dando-lhe elementos para verificar o que aprendeu e como aprendeu. É uma etapa do processo educacional que tem por objetivo verificar em que medida os conhecimentos anteriores ocorreram e o que se faz necessário planejar para selecionar dificuldades encontradas, coincidindo com a nossa preocupação no momento em que retornamos ao ensino presencial e verificamos um certo retrocesso na aprendizagem escolar das crianças após o período da pandemia da Covid-19.

Levando em conta os estudo de Haydt (2000), entendemos que faz parte do trabalho docente verificar o rendimento dos alunos, avaliar os resultados do ensino, sendo de inteira responsabilidade do professor do professor aperfeiçoar sua metodologia para favorecer o aprendizado dos alunos, em particular, dos alunos que tiveram sua aprendizagem comprometida no período da pandemia da Covid-19, principalmente por estarem distante dos seus professores, do não favorecimento do diálogo entre professor e alunos, além do não acompanhamento da avaliação do processo do cotidiano escolar.

3 A EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA NA PANDEMIA DA COVID-19

No início do ano de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarava o surgimento de uma doença respiratória provocada pela SARS-COV.2. Até o momento não sabia a dimensão do problema. Essa informação foi declarada no dia 30 de janeiro de 2020, e em março houve uma mudança nessa conjuntura. É anunciado o contágio em nível mundial causado pelo Novo corona vírus, e foi declarado como uma pandemia.

Para evitar a proliferação do vírus, uma das medidas implantadas foi o isolamento social, com isso, houve o fechamento de estabelecimento, comércios, empresas, e até mesmo escolas.

No período crítico da pandemia, o prefeito de Abaetetuba Alcides Negrão, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, considerando que o surto do corona vírus havia sido reconhecido como pandemia pela Organização Municipal de Saúde (OMS), e suas orientações e alertas emitidos pelo Ministério da

Saúde pela Lei Federal n°13.979 de fevereiro de 2019, assim como decreto n°609 de março de 2020 do Estado do Pará, decretou, que ficaria suspensa a partir do dia 20 de março pelo período de 15 dias, ficando em funcionamento apenas as atividades essenciais, como é de conhecimento público, pois as orientações emitidas pelo Ministério da Saúde seguiam as determinações da Organização Mundial da Saúde.

|Passados os meses do ano de 2020, em decorrência do aumento de números de casos confirmados da contaminação de COVID-19, a prefeitura Municipal de Abaetetuba, mais uma vez decretou em medida provisória n°934, de 1° de Abril de 2020 que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrente das medidas para enfrentamento da situação de emergência da saúde pública que se agravava. Nesse decorrer, o decreto no. 357, de 22 de maio de 2020 do Ministério de Educação, definiu e o prefeito de Abaetetuba acatou:

> O presente decreto, dispõe sobre a prorrogação da suspenção das aulas e da retomada das atividades administrada e pedagógicas nas unidades escolares da redes públicas municipal de ensino no município de Abaetetuba –PA devido à pandemia do covid-19 (DECRETO No. 257, de 22 de maio de 2020).

Assim, foi recomendada a suspenção das aulas nas unidades escolares públicas e nas redes particular de ensino no município de Abaetetuba até a data de 30 de junho de 2020, sendo possível prorrogação, caso necessário e que as atividades administrativas escolares da rede municipal de ensino fossem retomadas de 22 a 30 de junho, sendo observadas todas as medidas sanitárias, sobre a organização necessária à execução do censo escolar. A previsão de retomadas das aulas nas unidades escolares da rede pública municipal ocorreria de 22 a 30 junho primeiramente de maneira online, sendo que a coleta de dados e informações do censo Escolar/2020 no período de 27/05 a 31/07/2020, conforme orientações especiais.

Sendo dessa forma, a Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei N° 14.040 de 18 de agosto de 2020 para estabelecer a reorganização do calendário escolar que flexibiliza os dias letivos mínimos previstos na legislação educacional e atividades pedagógicas não presenciais nos estabelecimentos de ensino da educação Básica. Observadas as diretrizes nacionais editadas pelos respectivos sistemas de ensino; considerando o parecer no CNE/CP,N°5/2020 aprovado em 28 abril de 2020 que dispõe caso não seja possível retomada das atividades presenciais, a realizações das atividades escolares não presenciais, objetivando: que se evite retrocessos de aprendizagem por partes dos

estudantes e a perda do vínculo com a escola, o que poderia levar à evasão e abandono acentuando mais os prejuízos no desenvolvimento da aprendizagem.

Todavia, não havendo possibilidade de retorno presencial nas escolas, o ano letivo de 2020 nas escolas de Abaetetuba foi concluído apenas com a realização de atividades não presenciais mediadas por tecnologias digitais de informação e comunicação ou não, adequando as especialidades relacionadas ao acesso de comunicação aos estudantes do campo, quilombolas e cidades. Contudo, as atividades também não presenciais poderiam ocorrer por meios digitais como: vídeos aulas, conteúdos organizados em plataforma virtuais de ensino e aprendizagem, rede sociais, correio eletrônico, blogs e outros. Assim como pela adoção de materiais didáticos impressos com orientações pedagógicas a serem distribuídos aos alunos e pais responsáveis. Caberia ainda orientações de leituras e contação de histórias, projetos, pesquisas, jogos, e brincadeiras, atividades organizadas por meio de estudos dirigidos.

Estas possibilidades, respeitando as especialidades das etapas e modalidades, o ensino não presencial seguiria dessa forma remota, ou também através de atividades a distância, até que fosse autorizado o ensino presencial pelos órgãos competentes de saúde pública.

Na resolução N° 26/2020 de 22 de dezembro de 2020, deu-se as normas educacionais excepcionais a serem cumpridas pelas instituições de ensino públicas do sistema municipal de educação de Abaetetuba, referente a regularidades da vida escolar dos alunos na educação infantil, ensino fundamental menor e modalidades de educação de jovens e adultos: 1° 2° etapas em decorrência da pandemia da covid-19 e d outras providencias.

O presidente do Conselho Municipal de Educação de Abaetetuba, no uso de suas atribuições e conforme deliberação em reunião realizada no dia 22 de dezembro de 2020, foi declarada a autorização a progressão continuada nos estudos de todos os alunos que tiveram acesso e a participação nas atividades remotas/a distância no ano letivo de 2020, ou seja, deu-se uma progressão automática, sem que uma avaliação do conhecimento fosse desenvolvida. Desse modo, os alunos que obtiveram a progressão dos estudos passariam a estudar numa outra etapa escolar, ou seja, o aluno que cursava o primeiro ano avançou automaticamente para o segundo ano.

Neste processo, no início do ano letivo de 2021, os alunos foram submetidos a avaliação diagnóstica, no sentido de nortear a organização curricular dos planos de ensino das unidades escolares do sistema municipal de educação de Abaetetuba. Essa avaliação

diagnóstica foi realizada pelos professores para fins de acompanhamento e registro do desempenho dos alunos por meios de metodologias diferenciadas de acordo com as disposições a seguir.

I. Identificar o nível de desenvolvimento da criança da educação infantil, por meio de diferentes estratégias educacionais;

II. Identificar o nível do desenvolvimento dos alunos do ensino fundamental anos iniciais e modalidades de jovens e adultos, considerando os objetivos de aprendizagem de acordo com o documento curricular municipal de Abaetetuba.

Na instrução normativa n° 05, de 24 de maio de 2021. O secretario municipais da educação de Abaetetuba no uso das atribuições que lhe são conferidas, nos decretos, considerando: A lei federal n° 13. 979, de 06 de fevereiro de 2020; A medida provisória n° 934, de 01 de Abril de 2020; O parecer do CNE/CP n° 5/2020 de 28 de Abril 2020; A resolução n° 26/2020 do conselho municipal de Abaetetuba de 22 dezembro de 2020; O decreto estadual n° 800, de 31, de Maio de 2020 publicado no diário oficial do estado do Pará republicado em 14/05/2022; O decreto da prefeitura municipal de Abaetetuba n° 031/2021, de 29 de Abril de 2021, que alerta o decreto municipal de Abaetetuba n°027/ 2021, resolve normalizar o funcionamento das instituições de ensino e espaço de extensões, assim como o registro de frequências dos /as servidores/as da rede municipal de Abaetetuba, no período de suspensão emergência das aulas presenciais em decorrência da pandemia da covid-19.

Logo, o contexto educacional de Abaetetuba durante a pandemia da Covid-19, esteve amparada por decisões legais que, devido a pandemia, impediam que as aulas presenciais ocorressem, de modo que as alternativas mais concretas para o atendimento aos alunos foram as atividades impressas que eram feitas nas escolas pelos professores e entregues aos pais e responsáveis para que os alunos as fizessem em suas casas. Para tal, aos gestores/as e professores/as responsáveis das instituições de ensino junto com os demais servidores foram assegurados durante o expediente de atendimento ao público e atividades educacionais ao cumprimento dos protocolos de segurança sanitária.

4 AS EXPECTATIVAS DA SEMEC NO RETORNO DAS AULAS PRESENCIAS

De acordo com o artigo 4°, início I da nota técnica 001/2020 do Conselho Municipal de Educação – CME a SEMEC, por meio de suas respectivas coordenações

que seriam através de orientações nas instituições de ensino realizarem das atividades escolares, com a finalidade de assegurar ao aluno o direito à aprendizagem.

O guia de orientações pedagógicas no contexto da pandemia da covid-19 (SEMEC), subsidiou as unidades de ensino da rede pública municipal de Abaetetuba-Pá no planejamento das atividades pedagógicas e procedimento teórico metodológicos. As atividades não presenciais foram realizadas com mediação tecnológicas ou não, a fim de garantir atendimento escolar especial durante o período de restrição para realização de atividades escolares.

As atividades orientadas pela Secretaria de Educação de Abaetetuba desenvolvidas a distância pelos alunos foram: leituras e cotações de histórias, projetos, pesquisas, jogos e brincadeiras, atividades organizadas por meio de estudos dirigidos, respeitando as especialidades de cada ano. Estas atividades ocorreriam com a ajuda das famílias, como parte da proposta da SEMEC, pois coube aos professores incluírem as famílias no processo de aprendizagem dos filhos no período da suspensão das aulas presenciais.

Segundo o guia de orientações o professor deveria se reinventar, principalmente no que diz respeito ao desafio de promover a aprendizagem dos alunos sem o contato físico tão necessário no processo de aprendizagem. Neste processo, caberia aos professores colocarem as famílias como responsáveis pela continuidade da educação formal de seus filhos. O professor dialogaria com os pais através do WhatsApp, ou outro meio. No entanto, não houve garantia de recursos digitais para o devido diálogo a distância, mesmo que a palavra de ordem fosse a "reinvenção". Contudo, desse modo, na perspectiva da SEMEC, as famílias se sentiram incluídas no processo de aprendizagem dos filhos, ou seja, não foi levado em consideração as condições sociais, econômicas e salutar das famílias em plena pandemia.

De acordo com a nota, no retorno pre4sencial "caberá ao professor realizar as atividades pedagógicas presenciais e não presenciais para fins de: diagnósticos da turma (sistema gestor web), atividades de recuperação para os alunos com dificuldades de aprendizagem, com o intuito de prevenir a evasão e reprovação do estudante, assegurando formas de alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionadas à BNCC".

Nesse contexto, a avaliação da aprendizagem deveria obedecer às detenções as dos documentos nacionais e municipais como: Lei de diretrizes e bases da educação nacionais (/9.394/96 art. 24/LBD) resolução 001 de 17 de janeiro de 2018 CME, o regimento unificado das escolas municipais e a nota técnica 001/ que assegura que a

avaliação da aprendizagem seja diagnosticada e contínua dos momentos de culminância, levando em consideração os direitos e objetivos de aprendizagem.

Desse modo, os professores procuraram seguir as orientações da SEMEC, porém, não foi levado em conta as dificuldades dos professores para responder as expectativas da Secretaria Municipal de Educação, sobretudo no sentido de garantir a aprendizagem dos alunos. Desse modo, os professores, diante dessa da responsabilidade, apresentaram dificuldades para garantir a aprendizagem real dos alunos.

Passado o período mais crítico da pandemia e de acordo com as orientações da Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde, foi decretado o retorno gradual das atividades incluindo o funcionamento das escolas, considerando todos os protocolos de higiene como prevenção da contaminação da corona vírus, pois registrava uma diminuição de casos e óbitos, porém, a pandemia permanecia de forma mais controlada.

Nesse cenário, a Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba organiza um plano de retorna de aulas presenciais para o segundo semestre do ano de 2021.

Para efetuar o retorno as aulas presencias, para o retorno das atividades presencias são necessários a utilização de protocolos de segurança sanitária nas instituições de ensino, para evitar o contágio entre os profissionais da educação, os estudantes e suas famílias, cujos cumprimentos caba aos membros da comunidade escolar.

Para efetivação do plano do retorno do 2° semestre 2021 –SEMEC, a operacionalização se dará com 100% dos estudantes da rede em sala de aula presencial, conforme o calendário aprovado pelos órgãos competentes que irá possibilitar o retorno das atividades presenciais como: adequação curricular conforme análise da diagnose dos estudantes ao retornarem ás atividades presenciais, revisão dos objetivos de aprendizagem para o ano letivo em curso, com compensação a ser realizada no ano seguinte, avaliação diagnostica será realizada inicialmente em caráter de sondagem durantes o período de entrevista, que faz parte do processo de acolhimento dos alunos.

Assim, em um primeiro momento essa avaliação implicaria na proposição de situações de escuta atenta e humanizada a serem planejadas pelos, professores com a intencionalidades de coletar informações diversas acerca da aprendizagem de cada aluno e da turma como um todo, para o ensino fundamental reajustar o planejamento do ano de 2021, readequar as atividades previstas, conforme necessidades dos alunos.

Contudo, a preocupação com a evasão escolar provocou a busca ativa dos alunos e, portanto, foi necessário planejar estratégias para garantir a todos os estudantes o direito

essencial à educação, neste sentido foi de vital importância continuar coma as ações de busca ativa.

No ano 2022 o retorno das aulas presenciais levou em considerações a superação das desigualdades agravadas durantes o período de isolamento social, no sentido de promover, através de estratégias diferenciadas e criativas, o engajamento de todos, a fim de que se alcançasse o sucesso almejado pelos educadores. Para isso, diferentes abordagens metodológicos deveriam ser utilizadas pelos professores no intuito de mediar o processo de construir novas perspectivas para que aprendizagem dos alunos acontecesse de maneira que os estudantes conseguissem progredir em seu desenvolvimento integral de forma mais significativa.

Mediante essa difícil demanda do retorno presencial, tornou-se importante a atenção para a organização de uma avaliação diagnostica para que fosse verificado o nível de aprendizagem dos alunos a fim de que fossem traçadas estratégias de recuperação da aprendizagem. De acordo com a Resolução 26/2020, do CME/ Abaetetuba: "a avaliação diagnostica deve ser realizada pelos professores para fins de acompanhamento e registro de desempenho dos alunos, por meios de metodologias diferenciadas [...]" Essa avaliação diagnóstica vem a fim de identificar o nível de aprendizagem, os avanços e as dificuldades dos estudantes neste período no ano letivo de 2022.

5 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA: DIFICULDADES E DESAFIOS

Uma das propostas da avaliação com função diagnóstica consiste em informar o professor sobre o nível de conhecimento e habilidades de seus alunos antes de iniciar o processo de ensino e aprendizagem para determinar o quanto progrediram depois de certo tempo. Assim procurou se proceder no período da pandemia para averiguar o desenvolvimento escolar dos alunos nas escolas municipais de Abaetetuba.

Todavia, um dos desafios muito frequente nas escolas é a existência de classes heterogêneas e, devido a as diferenças cognitivas, individuais, alguns alunos aprendem mais rapidamente do que outros. Conforme Hayat (200) é comum o aluno que assimila com mais facilidade o conteúdo e alunos que o esquecem mais facilmente. Com isso o professor precisa, antes de tudo, verificar se seus alunos dominam ou não os pré-requisitos necessários para as novas aprendizagens, ou seja, se apresentam as habilidades e os conhecimentos prévios necessários, sem os quais não poderão prosseguir para a próxima etapa.

Não é apenas no início do período letivo que se realiza a avaliação diagnostica. No início de cada unidade de ensino é recomendável que o professor verifique quais as informações que seus alunos já têm sobre o assunto, e que habilidades apresentam para aprender o conteúdo. Isso facilita o desenvolvimento da unidade e ajuda a garantir a eficácia do processo ensino- aprendizagem (HAYDT, 200)).

Segundo Martins (1988), o diagnóstico poderá ser direcionado nos seguintes sentidos: determinar a existência de comportamento de entrada do aluno, que sejam pré-requisitos para o alcance dos objetivos formulados; determinar o domínio de certos objetivos por parte do educando que possibilitem o ensino de assuntos de nível mais elevados; classificar os alunos de acordo com os seus interesses, aptidões e traços das personalidades. Ou seja, o resultado que professor vai obtendo por meio de avaliação é sempre provisório, pois o que o aluno demostrou não compreender hoje, poderá ser compreendido amanhã.

Hoje, segundo Luckesi (2002), usa-me a denominação de avaliação, mas a prática de aplicação dos instrumentos de avaliação tem se resumido a aplicação de provas e exames, uma vez que estas são mais fáceis e costumeiras de serem executadas. Por esta razão que esta pesquisa se justifica, pois é necessário para um satisfatório desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem que a avaliação leve em conta a aprendizagem dos alunos e não o ganho ou perda do ano letivo por causa da pandemia.

Neste sentido, desenvolvemos a pesquisa com os professores que estavam em sala de aula no período da pandemia através de entrevistas e que no retorno presencial estavam assumindo turmas do 1° e 2° anos inicias da educação básica, no sentido de analisar como eles conseguiram avaliar a aprendizagem dos alunos a distância, após as múltiplas dificuldades apresentadas no ensino não presencial.

Elegemos a Escola Municipal Dom Ângelo Frosi, localizados na Rua Padre Mário Lanciott, n° 1277, no Barrio Cristo Redentor, na cidade de Abaetetuba-Pá. É uma escola que defende a formação de cidadãos livres, críticos, participativos, conscientes e capazes de construir, com amor, responsabilidades e humanidade, uma sociedade mais fraterna e solidaria, resgatando os valores humanos.

A avaliação representa um dos pontos vitais para o alcance de uma prática pedagógicas competente, porém, muito pouco se conhece sobre o processo de avaliação em tempo da Pandemia da Covid-19 e como foi desenvolvida a avaliação da aprendizagem no período em que as aulas presenciais estiveram suspensas e as atividades pedagógicos ocorreram nas casas dos alunos sem a presença dos professores.

As mudanças que ocorreram no ensino no período de pandemia impactaram no modo de avaliar os alunos, nas atividades escolares, na rotina dos professores, na rotina dos responsáveis e dos alunos que ficaram à mercê das incertezas.

As atividades foram elaboradas em rotinas organizadas pelo calendário escolar da SEMEC para serem desenvolvidas no ambiente familiar pelo estudante em acompanhamento da família, com base no currículo mínimo dado pela secretaria, para o desenvolvimento de habilidades e objetos de conhecimento proporcionados pelas situações de aprendizados que seriam através de entregas devolutivas das atividades não presenciais. Algumas atividades foram realizadas por meio das estratégias de gravação de tela do celular (gravação de vídeo aulas) e materiais impressas (apostilado de atividades e acervos de livros didáticos).

Em vista, esta pesquisa também conta com a nossa experiência em docência neste contexto pandêmico e diante de tudo o que foi orientado pela SEMEC. Neste cenário, pudemos perceber a dificuldade dos professores em avaliar os alunos e a dificuldades dos responsáveis em acompanhar a educação dos seus filhos, bem como ajudá-los com as atividades escolares, pois alguns pais são analfabetos e não conseguiram se incluir no processo mesmo com toda "reinvenção". De forma mais específica, buscamos analisar como se deu o processo avaliativo dos educandos no período de pandemia.

Aplicamos aos professores das turmas do 1º. e 2º. anos dois questionários com perguntas voltadas para os professores durante a pandemia e após o retorno das aulas presenciais.

5.1 Dificuldades de avaliar a aprendizagem na pandemia

Avaliar em tempo de pandemia foi "um dos grandes desafios que o "novo normal" trouxe (Odilene, 2022). "No período pandêmico a educação foi muito desgastante para nós professores e para os alunos, pois faltou mais apoio dos governantes local" (Maria Cristina,2022). Porém, apesar das dificuldades, "no período em que as atividades eram feitas em casa, aluno e sua família tiveram papel ativo no processo de ensino aprendizagem, principalmente quando a família conseguia ajudar os filhos na execução das tarefas" (Carmem Eunice,2022).

Avaliar a aprendizagem escolar na pandemia se tornou mais difícil, pois muitos responsáveis não tinham nem um tipo de formação adequada e tempo para ensinar os filhos. A maioria dos responsáveis precisava trabalhar para poder sustentar suas famílias, e comumente, para irem ao trabalho, deixavam os filhos na escola, de modo que com o isolamento social e as aulas suspensas, os pais e responsáveis não foram poupados de

trabalharem para manter suas famílias. Com a responsabilidade de ajudarem os filhos nas tarefas escolares, nem sempre isso foi possível, pois além de não terem condição psicológica para saber lidar com o difícil momento que a pandemia causou na vida das pessoas, a escola ainda os colocava como professores dos filhos no momento mais difícil que privilegiou a sobrevivência e não a aprendizagem escolar.

Observou-se, no decorrer deste processo em que as famílias deveriam se responsabilizar pela execução das tarefas escolares dos filhos, que não houve a preocupação, de fato, da SEMEC com a aprendizagem dos alunos e sim em assegurar o ano letivo de alguma maneira, garantindo que as atividades estivessem ao alcance dos alunos, o que nos parece que isso garantiria o ensino-aprendizagem. Desse modo, tudo se tornou um desafio, sobretudo, quando foi proposto o ensino remoto sem recursos digitais, sem qualquer avaliação se as famílias tinham ou não esses recursos. Além disso, os próprios professores estavam despreparados tecnologicamente e psicologicamente abalados.

Nesse período de pandemia os desafios encontrados pelos professores foram diversos, como apontam:

> A falta de uso das ferramentas tecnológicas de ensino, a falta de suporte dos pais e responsáveis, a falta de motivação dos alunos e a ausência dos alunos no ambiente virtual quando esse atendimento foi possível com esforço dos professores. Do mesmo modo na entrega das atividades impressas (Odilene, 2022.).

Esta mesma preocupação é apontada pela professora Magali, quando ela afirma que “a falta de formação dos professores em relação a tecnologias, a dificuldade de acesso à internet, a falta de apoio e suporte material do poder público” (Magali, 2022) também contribuiu para dificultar o trabalho dos professores no atendimento aos alunos.

Na avaliação da professora Lindete, que encontrou uma maneira de avaliar a aprendizagem dos seus alunos, ela afirma: “a avaliação das atividades dos meus alunos ocorreu por meio de vídeo aulas e questionários orais, leitura por meio de gravação de vídeo. Essa foi uma prática nas minhas aulas e no acompanhamento da aprendizagem dos alunos” (Lindete, 2022), ou seja, foi a forma encontrada pela professora para seguir as orientações da SEMEC.

De modo mais objetivo, a professora Francilda coloca sua dificuldade para avaliar os seus alunos durante o período da pandemia. Para essa professora, “a avaliação foi um processo bem difícil, pois não tínhamos a certeza de como aluno estava realmente (Francilda,2022). Ou seja, sem a presença do professor para auxiliar os alunos e as

famílias passando por momentos difíceis e sem formação, como ter certeza de que os filhos fizeram realmente as tarefas, já que “o processo da avaliação se deu através de atividades impressas enviadas de 15 em 15 dias para os alunos as realizassem na casa” (Odilene,2022), mas é sabido que os familiares, sem condições e tempo, muitas vezes pediam para outras pessoas ajudarem, ou seja, o importante era devolver a atividades executadas aos professores, agora como foi feita, paira uma dúvida.

Os desafios encontrados pelos professores ao aplicar a avaliação apontam que os maiores desafios foi em fazer a avalição dos alunos para identificar o seu nível de aprendizagem, isto porque em alguns casos não havia a certeza se as atividades eram feitas pela criança.

A falta de proximidade entre professores e alunos comprometeu a aprendizagem escolar, como afirmam as professoras:

> “A avaliação ficou muito frágil nesse período porque avaliar de longe é complicado, o aluno era o responsável desse processo” (Magali, 2022).
>
> “A avaliação ficou muito frágil nesse período pois muitos alunos não tinham acesso à internet e os tinham levavam impresso não tínhamos certeza se era a criança que fazia” (Lindete, 2022).
>
> “Um dos desafios foi a falta de experiência em usar certos aplicativos para que a aula chegasse até os alunos, e quanto a avaliação impressa tivemos o receio de não corresponder às expectativas dos alunos” (Odilene,2022).

5. 2 Os desafios de enfrentar o resultado da aprendizagem diagnosticada

De acordo com as determinações da Secretaria de Educação do Município de Abaetetuba, os professores deveriam fazer a avaliação dos alunos para diagnosticar o nível em que eles encontravam para o retorno presencial**.**

Na opinião das professoras Rosinete, Lidete e Odilene:

> Os alunos apresentaram níveis de aprendizagem diferentes, de modo que a proposta curricular da SEMEC deveria se adequar a esse resultado para atender os níveis da turma (Rosinete,2022).
>
> A maioria dos alunos evoluíram de forma lenta, mas também tivemos alunos que sequer conseguiram avançar (Lindete, 2022).
>
> Durante a minha avaliação, posso dizer que 50% sim, mas o restante não, pois na maioria das famílias os pais ou responsáveis não dominam os conteúdos, alguns são até analfabetos, e não tinham como está auxiliando o aluno em casa; outros, muitas vezes (eu percebia) que não era o aluno que realizava as atividades e sim alguém da família (Odilene,2022).

Estas situações relatadas pelas professoras, comprovam que a avaliação diagnóstica proposta pela SEMEC durante a pandemia, ficou fragilizada e, enturmar alunos no ensino presencial com base nessa avaliação, não corresponde a uma ação segura, tendo em vista as dificuldades que os alunos tiveram no atendimento escolar durante a pandemia.

Nesse período de pandemia as perdas para a educação foram imensuráveis e trouxe consequências graves à aprendizagem, pois tivemos a maioria dos alunos que não avançaram na aprendizagem dada as situações apresentadas que envolveram os professores, os alunos e as famílias, todos sem estrutura tecnológica e psicológica. Além disso a distância entre professores e alunos comprometeu todo o processo de ensino-aprendizagem.

Segundo a professora Alcilene (2022), o aluno passou a ser autor da sua própria aprendizagem sem a mediação dos professores, o que é importante para que haja as intervenções necessários na aprendizagem. Desta mesma opinião, a professora Lindete, comunga: “tivemos prejuízos no processo de ensino dos alunos que não avançaram; problemas emocionais dentro e fora da escola” (Lindete, 2022).

Verifica-se que o prejuízo maior que comprometeu o ensino e a aprendizagem foi a distância entre professores e alunos, como afirma a professora Francilda (2022): “de longe realmente não era possível avaliar a aprendizagem do aluno” (Francilda, 2022)

Com base nos relatos dos professores, é possível perceber o quanto foi difícil o trabalho pedagógico bem como a avaliação da aprendizagem conforme recomendada pela SEMEC. A reinvenção de fato ocorreu por parte dos professores que faziam aulas em vídeo, assim como para os que faziam atividades impressas. Do mesmo modo, os pais e responseis, mesmo sem formação, alguns até analfabetos, procuraram ajudar os filhos de qualquer maneira. Por outro lado, não foi levado em conta o estado emocional dos alunos, ainda crianças, e sem entender direito o que estava acontecendo, mas eram obrigados a fazer tarefas escolares.

6 OS DESAFIOS NO RETORNO PRESENCIAL

Os impactos gerados pela pandemia no processo de retorno às aulas presenciais demandaram alguns cuidados e mudanças na rotina da escola, pois no retorno das aulas presencias os alunos estão em sala de aula junto com o professor, e demanda alguns cuidados e mudanças específicas de forma a não impactar na transmissão da covid-19.

Entendemos que existem alunos que durante as aulas não presenciais foram diretamente afetados na sua aprendizagem. Duas práticas fundamentais na aprendizagem de alunos dos anos iniciais são a leitura e a escrita, ficaram comprometidas. No retorno das aulas presenciais percebemos que os alunos não manifestaram essas habilidades, assim como pareciam desmotivados para fazer os trabalhos.

Esta diagnose impactou no planejamento, pois é compreensível que todas as alternativas metodológicas se faziam necessários para tentar retomar não só as aulas, mas retomar o aprendizado interrompido pela pandemia.

De acordo com as professoras entrevistadas, o prejuízo no processo de ensino-aprendizagem é coletivo. Toda a comunidade escolar perdeu com a pandemia, apesar dos esforços de todos e, na opinião da professora Odilene:

> O desafio é fazer um planejamento de acordo com o nivelamento dos alunos, pois é preciso dar atenção ao conhecimento básico para assuntos importantes trabalhado em cada série, sensibilizar os pais sobre a importância da frequência escolar. O sistema de aprovação automática nos anos iniciais acaba confundindo os pais que nem sempre se interessam em mandar os filhos para a escola (Odilene, 2022).

Para o planejamento das aulas presencias após o fracasso na aprendizagem durante o ensino na pandemia, a avaliação diagnóstica dos alunos passou a nortear o processo de retomada, como afirma a professora Alcilene: " a diagnose da turma foi quem norteou o trabalho, pois a partir dela que foi montado o plano de ensino para a escola e para as turmas (Alcilene, 2022).

Na fala da professora Lindete, fica claro que a avaliação da aprendizagem feita na pandemia em que os alunos avançaram de série não correspondeu com o desempenho que eles apresentaram no retorno das aulas presenciais.

> Foi feita a avalição diagnostica para identificamos o nível em que o aluno estava e a parti daí, montar a proposta curricular para atender a necessidade do momento atual. No primeiro momento após a avaliação diagnóstica, retomamos os conteúdos da alfabetização de turmas que avançaram para o 2º. ano durante a pandemia (Lindete,2022).

No retorno das aulas presencias, devido as dificuldades dos alunos, a professora Odilene observou que não eram os alunos que faziam as atividades em casa durante o período da pandemia.

> Foi percebido com muita frequência, na maioria dos alunos, a dificuldade em realizar as atividades propostas em sala de aula. Nesse caso foi concluído que quem realizava as atividades remota não era os alunos e sim outra pessoa, causando um maior prejuízo a aprendizagem e tornando o desafio de retomada ainda maior para os professores (Odilene, 2022).

Não bastasse as dificuldades enfrentadas na pandemia, com o retorno das aulas presenciais os professores tiveram que encarar o desafio de recuperar a aprendizagem dos alunos que não conseguiram avançar durante o período em que faziam as atividades em casa.

> Foram diversas as dificuldades apresentadas pelos alunos. Deparamos com alunos que não conseguem fazer o seu próprio nome sozinho; alunos que não reconhecem mais as letras; alunos com dificuldades de concentração, entre outros problemas que tivemos que enfrentar (Odilene, 2022).

Apesar de a Secretaria Municipal de Educação manifestar boas expectativas no retorno às aulas nas escolas de Abaetetuba, a responsabilidades de recuperação da aprendizagem dos alunos acabam recaindo muito no trabalho dos professores, por isso, é necessário apoio do poder público nesta retomada em que a maioria dos alunos não conseguiram apresentar bom desempenho no decorrer da pandemia. Na perspectiva dos professores dos anos iniciais:

> Nós iremos precisar de muito apoio de poder público, pois precisa de investimento bem maior da educação para que a normalidade se estabeleça. E um processo que precisa ir se ajustando aos poucos para poder crescer cada vez mais (Alcilene, 2022).

> Hoje vai precisar de muito investimento na educação para superar as dificuldades deixado pela pandemia (Lucinaldo, 2022)

> Após a pandemia a aprendizagem tem um período longo para se aproximar do que era, pois tivemos muitas perdas no processo de ensino, então, o investimento na educação deve ser cada vez maior (Lindete, 2022).

Vale retratar que as dificuldades dos alunos no retorno as aulas presenciais não se traduzem somente no fato de retrocederem na aprendizagem do que já sabiam antes da pandemia. Os problemas de ordem emocional podem dificultar ainda mais a retomada dos estudos. Alunos e professores se encontram nesta situação.

> Os alunos apresentam pouco interesse pelo estudo, não têm acompanhamento familiar e apresentam problemas emocionais e conflitos de convivência (Lindete,2022).

> Apresentam conflitos de convivência, parece que desaprenderam, não conseguem ler, demonstram dificuldades de convivência na sala de aula (Maria Cristina, 2022)

> Pouca estrutura na escola para os professores e alunos; pouca formação para professores que precisam recuperar o tempo perdido que os alunos não tiveram; questões sociais que atingem as famílias e com isso prejudica a chegada do aluno até a escola; Aluno com nível de aprendizagem abaixo do ano que estuda. Esses são alguns problemas detectado no retorno às aulas (Lindete, 2022).

Com base nos dados que retratam a avaliação da aprendizagem no decorrer da pandemia, bem como os desafios enfrentados pelos professores no retorno das aulas

presenciais após a realização de uma avaliação diagnóstica sobreo nível de aprendizagem dos alunos, fica claro que houve prejuízos no processo de aprendizagem dos alunos durante o período em que as atividades eram feitas em casa.

Segundo Luckesi (2005) o ato de avaliar, uma vez que está a serviço da obtenção do melhor resultado possível, implica a disposição de acolher a realidade como ela é, seja satisfatória ou insatisfatória, agradável ou desagradável. A disposição para acolher é, pois, o ponto de partida para qualquer prática de avaliação. Neste caso, acreditamos que a avaliação feita dos alunos durante a pandemia não teve como objetivo de buscar um bom resultado diante das péssimas condições em que todos se encontravam. Porém, é compreensível que a proposta da secretaria era evitar o prejuízo aos alunos com a perda do ano letivo, o que de fato foi alcançado, considerando que a avaliação da aprendizagem foi automática.

No entanto, a realidade da aprendizagem detectada no retorno das aulas presenciais deve levar em conta que a avaliação não se julga e nem se classifica, mas, sim, se diagnostica e se intervém em favor da melhoria dos resultados do desempenho dos educandos, é o que também considera a Secretaria de Educação do Município de Abaetetuba. Contudo, muitas ações precisam ser consideradas para que as perdas sejam diluídas no processo de ensino-aprendizagem com a retomada das aulas nas escolas.

Dadas as falas de professoras entrevistadas, não basta apenas um planejamento pensado somente no plano físico, mas no apoio necessário que os professores precisam direcionados à formação docente, o apoio psicossocial, pois tanto professores quanto alunos apresentam comprometimento emocional causado pela pandemia, pois para a secretaria recompor a normalidade, atender a perspectiva almejada que é a retomada da aprendizagem dos alunos, não basta ao professor dar aulas. É preciso estar atento à situação individual de cada aluno. É preciso observar todos os dias, se os alunos estão aprendendo e isto requer um envolvimento coletivo de todos o corpo técnico pedagógico da escola. Afinal, a pandemia deixou consequências graves na vida de todos, com destaque para o processo ensino-aprendizagem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problematizamos nesta pesquisa o posicionamento da Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba em relação ao modo como foi concebida a avaliação da aprendizagem durante o período da Pandemia, no tempo em que as aulas presenciais estiveram suspensas, de modo que as atividades ocorreram de forma remota ou a distância

com materiais impressos enviados aos alunos, aulas gravadas, ou mensagens pelo WhatsApp.

No tocante especificamente a esta pesquisa, tomamos a realidade da avaliação feita em turmas dos anos iniciais, no curso da alfabetização da Escola Dom Ângelus Frosi, que se tornou o lócus desta investigação que contou com a participação de 4 professoras da alfabetização e 1 professor para que pudéssemos constituir uma análise das dificuldades de avaliar na pandemia e os desafios da retomada do ensino presencial a partir do resultado da diagnose feita sobre a aprendizagem dos alunos.

Diante dos dados, a pesquisa revelou que no retorno do ensino presencial os alunos apresentam dificuldades de ordem cognitiva em relação aos conteúdos, bem como desordem na parte emocional, tais como desmotivação, dificuldades de relacionamento na sala de aula, estado de adoecimento entres outros fatores. Do mesmo modo, os professores relatam que se encontram afetados emocionalmente e preocupados com o desafio de recuperar os conteúdos não apreendidos durante a pandemia.

Todavia, vale ressaltar que a perspectiva da SEMEC em "normalizar" o aprendizado com o retorno do ensino presencial, deve levar em conta todos esses fatores apresentados e criar alternativas metodológicas que possam gradativamente recuperar as perdas, contudo, não basta apenas os professores darem aulas, mas que eles possam ter todo o apoio e condições do poder público e do corpo técnico-pedagógico para incluir novamente os alunos no processo de aprendizagem.

Este estudo também pretende provocar uma reflexão sobre a avaliação automática dos alunos que não foi uma alternativa favorável da SEMEC, pois avaliação requer favorecer os educandos, porém, deve contar com critérios, o que não foi levado em conta pela secretaria que teve a preocupação apenas em garantir o ano letivo e evitar a evasão escolar.

REFERÊNCIAS

ESTEBAN, Maria Tereza. **O que sabe quem erra?** Reflexões sobre avaliação e o fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ESTEBAN, M. T. (Orgs.). **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas**: em diferentes áreas do currículo. 3. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2003. p.81-92.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14° Ed. São Paulo: Cortez 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1995.

PERREOUD. Philippe (1999); **avaliação da excelência à regulação da aprendizagem**, porto alegre.

PERRENOUD, Philippe. Não mexam na minha avaliação! Para uma abordagem sistémica da mudança pedagógica. In: ESTRELA. Albano, NÓVOA, Antônio (Orgs.). **Avaliações em educação:** Novas perspectivas. Porto, Portugal: Porto Editora LDA, 1993, p. 171-191.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

DECRETOS

Brasil Ministério da Educação parecer n°11/2020. Orientações Educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia Brasília DF. 0707/2020.

Brasil parecer N° 05 de 28 de abril de 2020 do Conselho Nacional de Educação.

Decreto do Estados do Pará N° 609/2020, de março de 2020.

Decreto Municipal de Abaetetuba N°467, de 20 de março de 2020.

Decreto Municipal de Abaetetuba N°934/2020, 1 de Abril de 2020.

Decreto Municipal de Abaetetuba N°473/2020, de 21 de Abril de 2020.

Decreto Municipal de Abaetetuba N°357/2020 de 22 de Maio de 2020.

Decreto Municipal de Abaetetuba N° 493/ 2020 ,31 de Agosto de 2020.

Decreto Municipal de Abaetetuba N° 26/2020, de 22 de Dezembro de 2020.

Decreto da Prefeitura Municipal de Abaetetuba N° 031/2021 de 29 de Abril de 2021.

Decreto Municipal de Abaetetuba N° 027/ 2021, de 21 de Abril de 2021.

Decreto Municipal de Abaetetuba N° 05/2021, de Maio 2021.

Guia de Orientações Pedagógicas no contexto da pandemia Covida-19 de Abaetetuba _PA 2020.

Nota técnica N° 13/2013/MEC/SECADI/DPEE.

Brasil parecer N° 05 de 28 de Abril de 2020 do Conselho Nacional de Educação.

Parecer CNE N°19, de 08 de Dezembro de 2020. Dispõe sobre o parecer CNE CP n° 15, de 6 de outubro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais para a implantação dos dispositivos da Lei 14.040 de 18 de agosto de 2020. Que estabelece normas excepcionais a serem adotadas, durante o estados de calamidades pública reconhecido pelo decreto legislativo n° 6, de 20 de março de 2020.

Plano de retorno_aulas presenciais setembro/ SEMEC, 2021.